

ACTA Nº 58

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17-11-97

Jar

f.

Aos dezassete dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Aveiro, reuniu ordinariamente a mesma Câmara, sob a Presidência do Sr. Presidente, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, e com a presença dos Vereadores Srs. Eng^o Vitor José Pedrosa da Silva, Dr. Henrique Teixeira de Barbosa Mendonça, Dr^a Maria da Luz Nolasco Cardoso, Eng^o Eduardo Belmiro Torres do Couto, João Ferreira dos Santos, Tenente-Coronel João Carlos Albuquerque Pinto, Dr. António Manuel Soares Nogueira de Lemos e Eduardo Elisio Silva Peralta Feio.

[Assinatura]

Pelas 14 horas e 30 minutos foi declarada aberta a presente reunião.

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: - A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 14 de Novembro, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais - cento e oitenta e nove milhões quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e noventa e sete escudos e sessenta centavos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria - vinte e um milhões quinhentos e dezanove mil quinhentos e vinte e nove escudos e cinquenta centavos; Receita do dia em operações orçamentais - cinquenta e sete milhões oitocentos e cinquenta e dois mil setecentos e trinta e oito escudos; Receita do dia em operações de tesouraria - oitenta e dois mil e dezanove escudos; Despesa do dia em operações orçamentais - vinte e sete milhões novecentos e seis mil seiscentos e setenta e dois escudos; Despesa do dia em operações de tesouraria - vinte e seis mil trezentos e cinquenta escudos; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais - duzentos e dezanove milhões trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e sessenta e três escudos e sessenta centavos; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria - vinte e um milhões quinhentos e setenta e cinco mil cento e noventa e oito escudos e cinquenta centavos.

1001

CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE UMA P.S. PARA PEÕES NAS

LEIRINHAS/ARADAS: - Dando seguimento ao deliberado na reunião de 6 de Outubro, último, foi presente o processo de concurso relativo à empreitada em epígrafe, ao qual se candidataram as Firms EMPREITEIROS CASAIS, S.A. e PAVICENTRO - Pré-Fabricação, S.A., numeradas, respectivamente, com os nºs 1 e 2. A Firma MARTIFER - Construções Metalomecânicas, Lda., também convidada, informa da impossibilidade de efectuar os trabalhos, face à carteira de encomendas que têm no presente momento.

Procedeu-se de seguida à abertura dos envelopes que continham os documentos, tendo-se verificado que todos estavam em conformidade com o exigido no respectivo programa de concurso, pelo que foram admitidos ambos os concorrentes.

Abertas as propostas, verificaram-se os seguintes preços, acrescidos de IVA: Nº 1 - dez milhões oitocentos e quarenta e três mil quatrocentos e nove escudos; e Nº 2 - nove milhões setecentos e noventa e cinco mil escudos.

Dada a urgência na execução dos referidos trabalhos e face à informação prestada sobre o assunto pelo técnico municipal responsável, presente na reunião, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar a empreitada em questão ao concorrente nº 2 - PAVICENTRO - Pré-Fabricação, S.A., pela importância atrás mencionada, dado que além de ser a proposta mais vantajosa, satisfaz tecnicamente o exigido no caderno de encargos.

SERVICOS MUNICIPAIS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO PARA O DPO-DOM E PARQUE DE FEIRAS: - No seguimento da consulta efectuada às várias firms da especialidade, com vista à aquisição de material informático para o DOM - DPO e Parque de Feiras e Exposições, a Câmara tomou conhecimento das propostas apresentadas para o efeito, as quais foram assim numeradas: Nº 1 - INOVASIS - Inovação e Sistemas de Informação, Lda.; Nº 2 - INFORLÂNDIA - Sistemas e Serviços de Informática, Lda.; e Nº 3 - PRÓXIMA - Serviços de Informática, Lda.

De seguida, procedeu-se à abertura das referidas propostas, cujos preços aqui se dão como transcritos, dada a diversidade de valores apresentados, tendo sido deliberado, por unanimidade, remeter o processo à comissão de análise para estudo e conveniente informação.

EXECUÇÃO DE COLECTOR DE ÁGUAS PLUVIAIS NA E.N. 235 (RUA CEGA), NA COSTA DO VALADO: - A Câmara tomou conhecimento de que ao concurso para execução da empreitada em epígrafe, aberto por deliberação de 14 de Julho, último, se

1011
candidataram as Firms a seguir mencionadas, cujas propostas foram numeradas de acordo com a entrada nos Serviços: Nº 1 - MANUEL VIEIRA BACALHAU, LDA.; Nº 2 - VIEIRAS, LDA. - Empreiteiros de Obras Públicas, Agrícolas e Florestais; Nº 3 - RICAM - Construções, Lda.; Nº 4 - SALUSTIANO RIBEIRO & CA., LDA.; Nº 5 - LAMEIRO EMPREITEIROS de João Simões Marques Vieira & Filhos, Lda.; e Nº 6 - VÍTOR JESUS RODRIGUES ALMEIDA.

Abertos os envelopes que continham os documentos, foram os mesmos analisados, tendo-se verificadó que todos estavam em conformidade com o exigido no respectivo programa de concurso, pelo que foram admitidos todos os concorrentes.

Passou-se, de seguida, à abertura das propostas, tendo-se verificado os seguintes valores, acrescidos de IVA: Nº 1 - sete milhões trezentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta escudos; Nº 2 - sete milhões oitocentos e setenta e seis mil setecentos e cinquenta escudos; Nº 3 - cinco milhões novecentos e cinco mil e quatrocentos escudos; Nº 4 - sete milhões trinta e nove mil e duzentos escudos; Nº 5 - cinco milhões oitocentos e setenta e cinco mil escudos; e Nº 6 - oito milhões setecentos e quarenta e um mil e quinhentos escudos.

Foi deliberado, por unanimidade, remeter o processo à comissão de análise para estudo dos preços apresentados, a fim de habilitar o Executivo a pronunciar-se sobre o assunto em próxima reunião.

AMPLIAÇÃO DA ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE ESGUEIRA: - No seguimento da deliberação tomada na reunião de 27 de Outubro, último, a Câmara tomou conhecimento de que ao concurso para "Ampliação da Escola Pré-Primária de Esgueira", responderam os seguintes candidatos: Nº 1 - HENRIQUES, FERNANDES & NETO, LDA., que informou da impossibilidade de executar a obra no prazo pretendido; Nº 2 - MANUEL VALENTE & PÍNHEIRO, LDA.; Nº 3 - NUNES & FERREIRA, LDA., que também informou da impossibilidade de apresentar proposta; Nº 4 - AFONSO GOMES DOS REIS - Empreiteiro de Obras Públicas e Particulares; e Nº 5 - MANUEL DE JESUS VALENTE.

Abertos os sobrescritos que continham os documentos, verificou-se estarem todos em ordem, pelo que foram admitidas as três Firms candidatas.

De seguida, foram abertas as correspondentes propostas, tendo-se verificado os seguintes preços, acrescidos de IVA: Nº 2 - seis milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e sessenta escudos; Nº 4 - seis milhões novecentos e sessenta e quatro mil duzentos

oitenta e sete escudos; e Nº 5 - seis milhões novecentos e noventa e três mil quinhentos e oitenta e quatro escudos.

Foi deliberado, por unanimidade, remeter o processo à comissão de análise para estudo e conveniente informação.

TRÂNSITO - AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO LUMINOSA

AUTOMÁTICA PARA CRUZAMENTOS: - Dando seguimento ao deliberado na reunião de 10 de Outubro, findo, foi presente o processo de concurso relativo ao fornecimento em epigrafe, ao qual se candidataram as seguintes Firms, cujas propostas foram assim numeradas : Nº 1 - TRASINAL - Sistema de Tráfego e Sinalização, S.A., que informou não ser possível apresentar proposta; Nº 2 - TRAFIURBE - Comércio e Indústria de Máquinas para Sinalização, S.A. que também não apresentou proposta, devido ao facto de não lhes ser possível comprometerem-se com a execução de mais obras; Nº 3 - EYSSA -TESIS - Tecnologia de Sistemas Electrónicos, SA.; Nº 4 - NORTRÁFICO - Engenharia e Equipamentos Industriais, Lda.; e Nº 5 - SINALARTE - Industria de Sinalização, Lda..

Procedeu-se de seguida à abertura dos envelopes que continham os documentos, tendo-se verificado que todos estavam em conformidade com o exigido no respectivo programa de concurso, à excepção do nº 4 que não apresentou o documento referido na alínea c) do ponto 4 do programa de concurso, motivo pelo qual foi admitido condicionalmente, tendo-lhe sido concedido o prazo de 48 horas para proceder em conformidade.

Abertos os sobrescritos correspondentes às propostas e considerando a diversidade de valores para o conjunto de equipamento solicitado, nomeadamente, para os cruzamentos da Rua Mário Sacramento com a Rua das Pombas, da Avenida da Força Aérea com a Rua de Sá, bem como para um cruzamento em S. Jacinto e, também, valores para limites de velocidade para a Avenida Artur Ravara, Rua Cega em S. Bernardo e Azurva, dão-se aqui como transcritos os respectivos quantitativos, os quais fazem parte integrante do correspondente processo.

Assim, foi deliberado, por unanimidade, remeter o processo à comissão de análise para estudo e conveniente informação.

ARRANJOS URBANÍSTICOS NA RUA DAS AGRAS, NA FREGUESIA DE

ESGUEIRA: - Na sequência da deliberação tomada em 10 do corrente mês, foi presente a informação prestada pelo técnico municipal responsável, segundo a qual, a proposta que apresenta preço mais vantajoso para a empreitada de "Arranjos Urbanísticos na Rua das Agrads,

na Freguesia de Esgueira" é a do concorrente nº 2 - SALUSTIANO RIBEIRO & Cª, LDA.. Por unanimidade, foi deliberado adjudicar ao mesmo a obra em questão, pela importância de nove milhões oitocentos e vinte e oito mil e quatrocentos escudos, acrescida de IVA.

CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM SUPERIOR DE PEÕES E BICICLETAS NA AVª ARTUR RAVARA: - A Câmara tomou conhecimento da informação prestada pela comissão de análise das propostas apresentadas para realização da empreitada de "Concepção e Construção de uma passagem superior para peões e bicicletas na Avª Artur Ravara", a qual refere que após estudo das soluções propostas pelos 3 concorrentes, considerou como proposta mais vantajosa, em termos de impacto ambiental e sua correspondência com o preço apresentado, a apresentada pela Firma **EMPREITEIROS CASAIS, S.A.**, no valor de dezanove milhões setecentos e cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta e sete escudos, acrescido de IVA. Por unanimidade, foi deliberado adjudicar à referida Firma a empreitada em questão, pelo valor atrás mencionado, e demais condições da proposta.

ILUMINAÇÃO DECORATIVA DO CENTRO SOCIAL /LARGO DA IGREJA DE S. BERNARDO: - Foi presente o processo de concurso relativo à empreitada em epígrafe, cujas propostas foram abertas na reunião de 27 do mês findo, após o que foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a informação técnica prestada sobre os valores apresentados, adjudicar a referida empreitada à Firma **João Santos & Coelho, Lda.**, pela importância de um milhão trezentos e noventa e quatro mil e oitocentos escudos, acrescida de IVA, dado ser a proposta mais vantajosa.

RIA DE AVEIRO - RECUPERAÇÃO DOS MUROS: - Dando seguimento ao deliberado na reunião de 15 de Setembro, último, foi presente a informação prestada pela Comissão de Apreciação das Propostas, a qual aponta no sentido de se adjudicar ao concorrente nº 4, **ETERMAR, S.A. - Proposta Variante**, a empreitada de "Reabilitação e Prolongamento dos Muros nos Canais da Cidade de Aveiro - 1ª Fase", dado tratar-se da proposta mais vantajosa por satisfazer os principais critérios de adjudicação. Assim, foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a referida informação técnica que se encontra junta ao correspondente processo, adjudicar ao referido concorrente a empreitada em questão, pelo valor

total de trezentos e quinze milhões seiscentos e cinquenta e um mil duzentos e quarenta escudos, acrescido de IVA, para um prazo de execução de 10 meses.

Seguidamente o Sr. Vereador Eng^o Vítor Silva manifestou publicamente a sua satisfação por finalmente se concretizar a adjudicação desta obra que, em sua opinião, é de toda a justiça ser efectuada ainda por este Executivo, dados os esforços que foram efectuados nesse sentido, e formulou votos para que os trabalhos se iniciem o mais rapidamente possível.

CÂMARA MUNICIPAL - REUNIÕES: - Dado encontrarem-se na sala municipais que pretendiam usar da palavra, o Sr. Presidente propôs que fossem analisados os seguintes assuntos não incluídos na ordem de trabalhos, o que mereceu aprovação, por unanimidade:

POLUIÇÃO AMBIENTAL : - Presente o Sr. Armando Fernandes dos Santos, residente no lugar da Patela da Freguesia de Santa Joana, a reclamar do facto de, junto a um terreno de sua propriedade, se encontrar instalado um estaleiro de materiais de construção que provoca muitas poeiras que lhe danificam os produtos hortícolas que ali cultiva e que, não obstante ter já apresentado reclamação há mais de um ano e lhe ter sido prometido pela Câmara que iam ser tomadas providências, até hoje ainda nada se fez.

O Sr. Presidente informou que aquando da primeira reclamação, se comprometeu a mandar efectuar contactos com o proprietário do estaleiro, no sentido de por este serem tomadas medidas possíveis tendentes a evitar a poluição, nomeadamente através da vedação da área e que sabe que essas ordens foram dadas pelos serviços municipais só que desconhecia agora o ponto da situação. Neste sentido, comprometeu-se a mandar efectuar nova verificação pelos Serviços de Fiscalização e dar ordens para que estes actuem na medida do que legalmente for possível em conformidade com a pretensão do requerente.

PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS AGRAS EM ESGUEIRA: - Presente, também, um munícipe residente na Rua das Agradas em Esgueira, que em representação dos moradores do local veio interceder junto da Câmara no sentido de o referido arruamento ser pavimentado, dado o estado de degradação em que se encontra, mais agravado pela abertura das valas para a colocação da rede de gás e pelas fortes chuvas que têm caído, ao que lhe foi informado que hoje mesmo foi tomada a deliberação de adjudicação da obra em causa, pelo que os trabalhos irão iniciar-se dentro em breve.

Jam *f.*

FREGUESIA DE ESGUEIRA: - De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente

da Junta de Freguesia de Esgueira, Sr. João Tavares, que veio pedir à Câmara esclarecimentos relativamente à falta de pavimentação da parte da Rua dos Ervideiros junto ao cruzamento com a chamada estrada de Taboeira, dado que a mesma se encontra bastante degradada e tem causado muitos acidentes, o que provoca um mau estar junto da população que pensa que a responsabilidade é da Junta e que, nomeadamente, queria vir hoje à reunião reclamar a intervenção urgente da Câmara.

Em resposta à questão posta pelo referido Autarca, o Sr. Presidente disse que a situação ocorrida é clara e é, concerteza, do seu conhecimento, pois que o Sr. Presidente da Junta, através dos técnicos municipais, sabe que se elaborou já estudo para a construção de uma rotunda no local cujos custos previstos atingiam treze milhões de escudos só que, entretanto, houve uma intervenção da Transgás para construção do ramal industrial de Aveiro e que, como no âmbito da construção do aterro sanitário de Aveiro a empreitada adjudicada pela ERSUC contempla a construção de infraestruturas rodoviárias na área do PP da Zona Industrial de Taboeira, nomeadamente a reabilitação deste cruzamento com a construção de uma nova rotunda, a Câmara resolveu não avançar e esperar uma melhor oportunidade para executar os trabalhos definitivamente. Aconteceu, porém, que com as recentes chuvadas, o pavimento ficou muito mais estragado, mas que irão ser tomadas medidas para diminuir os estragos e criar melhores condições de acessibilidade, nomeadamente fazendo uma pavimentação e sinalização vertical e horizontal adequada e provisória, prevendo-se que a solução definitiva esteja concluída até ao final do primeiro trimestre de 1998.

Pedi de seguida a palavra o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos para informar que já por três vezes colocou esta questão à Câmara e que nunca lhe tinha sido prestada uma explicação com o pormenor da que agora foi dada pelo Sr. Presidente, nem tão pouco lhe foi informado que existia um acordo com a ERSUC, motivo pelo qual não estranha que o Sr. Tavares também não soubesse.

O Sr. Presidente retorquiu que nunca omitiu esta informação e, para além disso, sempre fez reuniões com os Presidentes das Juntas excepto nestes últimos meses e sempre tem manifestado disponibilidade para os receber e procurado, dentro do possível, resolver os seus problemas.

O Vereador Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto afirmou que, relativamente a um artigo publicado num jornal, sobre o assunto, por uma moradora do local, escreveu a

esclarecer o que se passava e deu conhecimento dessa resposta ao Sr. Tavares. Quanto à sinalização, neste momento a que está lá colocada é, quanto aos nossos técnicos, a mais adequada.

O Sr. Tavares confirmou a informação dada pelo Sr. Vereador, e afirmou que as informações que tinha eram apenas as que lhe foram dadas por este Membro do Executivo. Acrescentou que não pretendeu, de forma alguma, vir entrar em conflito com a Câmara, mas unicamente pedir esclarecimentos sobre o ponto da situação e sobre o que estava previsto para o local, por forma a poder esclarecer a população, pelo que pedia que lhe fosse transmitida a informação prestada, por escrito.

- Continuando a sua intervenção, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia colocou, ainda, outras questões, como sejam, a pavimentação de passeios na E.N. 230, concretamente na Rua Costa Cascais, tendo-lhe sido informado que se deu hoje início aos respectivos trabalhos, ao Saneamento em Mataduchos que, ao que sabe, o empreiteiro está com algumas dificuldades na execução dos trabalhos, pelo que entende que a Câmara deveria averiguar a situação e, ainda, ao entroncamento da 230 com a Quinta do Griné, onde acontecem acidentes graves, pelo que a população pede para que seja colocada sinalização de controle de velocidade, ao que lhe foi informado que se irão envidar esforços no sentido de minorar as situações apontadas.

FREGUESIA DA VERA-CRUZ: - Seguidamente foi também dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, também presente na reunião, que solicitou a intervenção da Câmara nos passeios envolventes à Ponte Praça dado que, por se encontrarem muito gastos, têm ocasionado a queda de diversas pessoas. Pediu, também, que se procure resolver o problema das tampas de saneamento na Rua Visconde da Granja que se encontram muito acima do nível do arruamento, provocando, também, problemas graves nas viaturas, tendo, quanto a esta última questão, respondido o Vereador Sr. Eng.º Vitor Silva que esclareceu que o motivo se deve ao facto de já não existirem no mercado tampas com as dimensões adequadas ao local, julgando que a única solução será recolocar as anteriores, pelo que irá mandar estudar a forma de remediar o problema.

ESCOLA PROFISSIONAL DE COMÉRCIO: - O Sr. Presidente saudou os alunos da Escola Profissional de Comércio que vieram assistir à reunião, dirigindo-lhe palavras

de estímulo e de felicidades no futuro, após o que fez uma breve exposição sobre o funcionamento dos Órgãos das Autarquias Locais.

ARRUAMENTOS: - O Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos solicitou que sejam tomadas providências relativamente à situação em que se encontra uma casa situada no lugar do Fontão, numa parte que julga ainda pertencer ao concelho de Aveiro e que, devido a uns movimentos de terra que ali foram executados porventura ilegais, dado que é zona pertencente à reserva agrícola, ficou completamente isolada e sem abastecimento de água. O Sr. Presidente disse que julga saber que a casa a que o Sr. Vereador se refere lhe parece estar implantada já dentro da área do concelho de Vagos, contudo irá ordenar uma averiguação pelos Serviços de Fiscalização.

RIA DE AVEIRO - RECUPERAÇÃO DOS MUROS: - Continuando no uso da palavra e com referência à adjudicação da obra em epígrafe, hoje efectuada, o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos disse que era o culminar de uma situação que se arrastava há já quatro anos, pelo que era, de facto, motivo de regozijo para todos os aveirenses e, também, uma boa ocasião para se fazer uma reflexão sobre este processo. Em sua opinião, havia duas formas distintas de concluir deste processo, a que foi praticada e que consistiu na tentativa de conjugação de esforços entre as Entidades envolvidas, sem apuramento de responsabilidades e obrigações individualizadas e que produziu os seus resultados ao fim de quatro anos e em que a Câmara Municipal assume praticamente todos os ónus, políticos e financeiros, e que só foi possível à custa de uma abertura grande por parte da unidade de gestão dos fundos comunitários que ali vão ser aplicados. A outra consiste em se ser mais acutilante e mais enérgico com as Entidades envolvidas, a quem deveriam ter sido assacadas as responsabilidades resultantes do processo e exigidas as suas obrigações institucionais, o que, na sua opinião, poderia ter permitido frutos mais cedo e, sobretudo, não teria feito a Câmara Municipal arcar com todos os ónus do processo, que foi altamente traumatizante para todos os aveirenses.

Também sobre esta questão, o Sr. Vereador Eduardo Feio corroborou a intervenção do Dr. Nogueira de Lemos e referiu que, em sua opinião, as Finanças Municipais saíram prejudicadas em todo este negócio, pelo que esta Câmara Municipal deveria ter lutado no sentido de o peso da repartição dos custos para a recuperação dos canais, recair mais sobre a Administração Central, tendo em atenção todo o processo após a queda dos muros.

De seguida, o Sr. Eng^o Belmiro Couto referindo-se ao assunto salientou que no processo em causa existiram dois elementos distintos e que foram em primeiro lugar a dragagem dos canais e esta obra a Câmara assumiu a sua execução e fê-la de uma forma enérgica e determinante já que era uma obra de absoluta e urgente necessidade e, em segundo lugar, foi a queda dos muros, que iam cair de qualquer forma, e na qual a Câmara, de forma determinante, teve um papel importante na sua recuperação, coisa que as outras Entidades nunca fizeram. Por isso entende que esta Câmara tem que se orgulhar porque mais uma vez, deu um passo decisivo para a resolução de um problema importante para a cidade.

Também o Vereador Sr. Dr. Henrique Mendonça, salvaguardando que a sua opinião era transmitida na qualidade de munícipe, disse que se interrogava sobre qual seria o argumento que toda a gente utilizaria para atacar a Câmara, se não existisse o problema dos muros e, sendo certo que a fiscalização falhou, ela não foi da responsabilidade da Câmara, entendendo que este Órgão Executivo fez tudo o que estava ao seu alcance para resolver tão grave problema, que culminou numa iniciativa tão boa.

O Sr. Presidente mostrou a sua alegria pela concretização desta obra e fez questão de salientar a intervenção da CCRC neste processo que enquadrou a obra no subprograma B do PROCENTRO o que permitiu a aprovação da candidatura.

Sobre o assunto, também o Vereador Sr. João dos Santos quis tecer algumas palavras de regozijo, dizendo que a Ria é um tema que lhe é muito grato e que, por isso, felicitava o Sr. Presidente e o Executivo, por finalmente se ter conseguido resolver esta questão tão premente. Em seu entender, deverá fazer-se um agradecimento às Entidades que de alguma forma se esforçaram para levar a bom termo este grave problema, de um modo particular à CCRC que soube encontrar a solução mais adequada. Acha que de facto foi um problema que afectou a todos, mormente em termos financeiros, pois naturalmente que para se conseguir verba para esta obra, outras, concerteza, ficaram por fazer como, por exemplo, o Eixo Estruturante, que acha fundamental, pois dentro em breve a cidade estará totalmente bloqueada porque as vias de acesso que, durante algum tempo, estiveram boas, agora estão em péssimas condições. Por isso acha que foi uma opção que a Câmara fez ao escolher os muros, preferindo outras obras importantes como a que já referiu.

O Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto deu o seu apoio à intervenção do Sr. Vereador João dos Santos e acrescentou que, como aveirense, se recorda que, em tempos, se dragava a Ria anualmente e que agora já há mais de vinte anos que este trabalho não

se realizava pelo que era de esperar que, mais dia menos dia, os muros caíssem dada a falta de limpeza. Formulou votos para que a Empresa adjudicatária consiga concretizar a obra

Referindo-se de novo ao assunto, o Sr. Presidente disse que esta Câmara Municipal teve a ousadia de entrar na Ria, território que não era da sua jurisdição, pelo que o que aconteceu hoje aqui é uma obra de todos nós e, por isso, queria deixar o seu reconhecimento pela colaboração de todos os Srs. Vereadores, da JAPA que apoiou a posição da Câmara e do Director-Geral de Portos que também colaborou. Reforçou o apoio dado pela CCRC a quem deixava uma palavra de apreço por ter sabido interpretar o problema e ter conseguido fundos comunitários para o efeito. De seguida, fez uma referência e mostrou a sua preocupação pelo problema grave que está a acontecer na EN Torreira S. Jacinto e que se deve, também, ao perigo de derrocada iminente da muralha, encontrando-se a estrada já com sinalética apropriada, após o que se referiu, também, aos perigos que corre a muralha de S. Jacinto, cujo problema colocou também já por diversas vezes às Entidades Governamentais que, até à data, não se preocuparam minimamente. Sabe que é um processo complicado quer em termos técnicos quer financeiros e a Câmara embora aposte na recuperação da Ria, não pode abarcar todos os problemas subjacentes a ela.

De novo no uso da palavra, o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos, disse que lhe parecia que a sua intervenção teria sido interpretada de várias formas e ele quis tão somente referir-se à metodologia seguida e fazer uma reflexão sobre isso. Sobre o primeiro momento assinalado pelo Eng^o Belmiro e que foi a questão da dragagem, é óbvio que essa não era uma missão da Câmara, não estando em causa para si e neste momento essa questão nem os esforços feitos pelo Executivo. Quis sobretudo realçar que houve um branqueamento de entidades que tinham responsabilidades, nomeadamente das entidades que detinham a responsabilidade da fiscalização e da execução, o que fez com que todos os ónus caíssem na Câmara Municipal. Em suma, considera que era um processo em que as entidades ligadas à Administração Central, entre as quais incluía a Dragapor, se tinham saído bem e que apenas a Autarquia saía penalizada. Terminou, lembrando que em matéria de defesa dos interesses locais e regionais, a defesa dos interesses locais, desde que justas, sempre prevalecerão nas suas intervenções, como já o fizera, na vigência deste Governo, perante a RTP e a propósito do IC1.

MUSEU REGIONAL DE AVEIRO: - A propósito da anterior intervenção, o Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto aproveitou para relembrar o problema da degradação do Museu, cuja fachada está sem qualquer consistência e corre o risco de ruir a

cada momento, pelo que era urgente intervir e pressionar as Entidades responsáveis, ao que o Sr. Presidente esclareceu que este assunto foi já por diversas vezes por ele colocado às Entidades Superiores tendo, inclusivamente, oferecido a tinta para a respectiva pintura, tendo-lhe sido respondido que está a ser elaborado um projecto de recuperação global do edificio.

Sobre este assunto e considerando que recentemente foi substituída a Presidente do Instituto Português de Museus, a Vereadora Dr.^a Maria da Luz sugeriu que se voltem a efectuar contactos com esta Entidade, enviando cópia da proposta já entregue anteriormente, o que mereceu a concordância de todos os presentes.

CONSERVATÓRIO DE DANÇA: - No uso da palavra, o Vereador Sr. Eduardo Feio aludiu a uma notícia que leu num periódico e que dava como certa a instalação do Conservatório de Dança da Fábrica da Pinheira, pelo que perguntou da veracidade desta notícia.

A Vereadora Dr.^a Maria da Luz prestou esclarecimentos sobre o assunto, começando por referir que, conforme informação já transmitida à Câmara em 29 de Setembro, findo, era preciso pensar um espaço para a concretização deste projecto e o único que havia disponível para o arranque, era o da Fábrica da Pinheira e que colocado o assunto à consideração das Entidades responsáveis - Presidente do Departamento do Ensino, Directora do Conservatório de Dança de Lisboa e Directora da Escola Superior de Dança de Lisboa - houve um bom acolhimento, tendo ficado encarregados os Serviços de Cultura de, conjuntamente com os responsáveis desta área na cidade, apresentarem um programa que assente no objectivo primeiro deste Conservatório, que é servir para despistar vocações a nível regional e conduzir talentos jovens para a Dança. Mais informou que lhe foi referido que seria prestado apoio técnico e pedagógico assumido para os nove anos de escolaridade obrigatória. A finalizar a Senhora Vereadora referiu que, evidentemente, que há outros espaços possíveis e talvez melhores para a instalação deste equipamento, só que não se encontram disponíveis, sendo, por isso, necessário chegar-se a acordo, mas como este era o único que se encontrava livre de imediato, foi esse o motivo porque se apontou para este local, por forma a não se inviabilizar o processo.

Também sobre o assunto, o Sr. Presidente disse que efectuou contacto sobre esta matéria com o Sr. Secretario de Estado da Cultura a quem entregou um processo completo, aguardando-se uma resposta desta Entidade, e que se vier a ser aceite, será oportunamente dado ao conhecimento da Câmara que se pronunciará sobre as instalações.

70001
De novo com a palavra, o Vereador Sr. Eduardo Feio referiu que a sua intervenção teve apenas a intenção de esclarecimento, entendendo que a Câmara deverá fazer apostas fortes, mas que, em primeiro lugar, deverá escolher-se o tipo de actividades que melhor rentabilizem aquele espaço que se encontra parado há quatro anos sem qualquer tipo de utilização, ao que o Sr. Presidente esclareceu que apostas há muitas o que há é que, efectivamente, pensar as que melhor se adaptarão ao local e à área disponível e que, como é sabido, já outras foram aventadas e estão em estudo, mesmo que se tenha de passar por um processo de alteração do PDM.

JOGOS LUSO ESPANHÓIS: - O Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto deu conhecimento de que nos próximos dias 28, 29 e 30 do corrente se realizam na Cidade Espanhola de Ciudad Rodrigo, os Jogos Luso-Espanhóis pelo que convidou todos os Membros do Executivo a assistirem aos actos de abertura e/ou encerramento. Neste sentido, foi deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento das despesas com as deslocações dos Membros do Executivo e da equipa, bem como de todas as demais despesas necessárias à realização das referidas provas, na parte que diz respeito à participação da equipa aveirense.

PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: - Face a uma informação prestada pelo Director do DOM e considerando a urgência na execução da rede de abastecimento de água ao Parque de Campismo de S. Jacinto e a oportunidade de o empreiteiro Henriques Fernandes & Neto, se encontrar a executar trabalhos naquela Freguesia, e que, após contacto, o mesmo se mostrou disponível e garantiu os mesmos preços que estão a ser praticados para os Serviços Municipalizados, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a este empreiteiro, na modalidade de ajuste directo e nos termos da alínea c) do artº 36º e nº 1 do artº 37º do Decreto-Lei nº 55/95, de 29 de Março, a realização da empreitada em questão, pela importância global de cinco milhões cento e setenta mil novecentos e quarenta escudos, acrescida de IVA, conforme proposta junta ao processo.

LUSITANIAGÁS - PROTOCOLO: - Foi presente um ofício enviado pela LusitaniaGás, S.A., através do qual se remete à consideração do Executivo uma minuta do protocolo a celebrar com esta Câmara Municipal, que fixa o o montante de trinta e cinco milhões de escudos, como indemnização pelos prejuízos causados nos pavimentos pela abertura das valas principais, bem como das travessias dos ramais de gás. Lida a informação

prestada sobre o assunto pelo técnico municipal responsável, segundo a qual, o valor proposto, não sendo o que reúne maior consenso é, no entanto, um valor aceitável, tendo em consideração que será elaborado um novo protocolo com vista a regulamentar os trabalhos futuros de manutenção e exploração de redes, foi deliberado, por unanimidade, concordar com o teor do mesmo, devendo, por conseguinte, proceder-se à elaboração do documento definitivo, a fim de ser assinado por ambas as partes.

Handwritten signature: J. Marques

DOAÇÃO DE BENS – ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO: - O Sr.

Presidente deu conhecimento de um ofício do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, através do qual dão conhecimento das negociações em curso com vista à futura instalação do Arquivo Distrital de Aveiro nas instalações da Assembleia Distrital, sitas na Rua do Carmo, nesta cidade, informando de que as mesmas são exíguas e, por isso, solicitam da Câmara a cedência de uma parcela de terreno municipal, contíguo ao citado edifício, com uma área de seiscentos e oitenta metros quadrados, que permitiria a respectiva ampliação, satisfazendo-se desta forma os fins em vista.

Seguiu-se breve troca de impressões, após o que foi deliberado, por unanimidade, dar deferimento à pretensão requerida, tendo em vista os fins a que se destina, com a condição de na correspondente escritura constar uma cláusula de reversão a favor do Município caso ao terreno venha a ser dado outro fim, devendo o respectivo processo ser complementado com a necessária planta de localização e respectiva avaliação, para de novo o mesmo voltar à apreciação do Executivo.

V BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA: - A Vereadora

D^{ra} Maria da Luz deu conhecimento que a Inspeção-Geral das Actividades Culturais, declarou de “relevância cultural” a V Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, o que permite um desconto de 95% na publicidade feita a nível da televisão do Estado, variando o respectivo custo consoante a grelha de programas. Deste modo, e de forma a permitir uma ampla divulgação do evento, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a inserção de publicidade, em horário não nobre, na RTP 2, ficando o tempo de cada spot à responsabilidade da Senhora Vereadora, tendo em consideração os custos mais vantajosos.

Entretanto, reiniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:

J. P.

AQUISIÇÃO DE BENS - TERRENOS DO BIA: - Na sequência das deliberações já tomadas sobre o assunto, em 13 e 27 de Outubro, último, foi de novo presente à reunião o processo relativo à aquisição do terreno que é propriedade do Ministério da Defesa Nacional, situado na Rua Eng.º Von Haff, com a área de 2 430 m2, pela importância de cento e dezasseis milhões de escudos, acompanhado de um fax de 10 de Novembro, corrente, através do qual e no seguimento de um contacto officioso do Sr. Presidente, se propõe o respectivo pagamento da seguinte forma, sem juros: vinte e um milhões setecentos e cinquenta mil escudos até 30 de Julho de 1998; quarenta milhões de escudos até 30 de Julho de 1999; e cinquenta e quatro milhões duzentos e cinquenta mil escudos até 30 de Julho do ano 2000.

Face ao exposto e após breve troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, considerar favoráveis as condições propostas e, por isso, aprovar a compra do terreno em causa, que se considera de muito interesse para o Município. *J. P.*

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter o respectivo processo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais.

IDEM - C + S DE EIXO: - Face à informação técnica prestada pelo DPGP, de 14 de Novembro, corrente, foi deliberado, por unanimidade, adquirir a João Libério Marques da Graça e Maria Luísa Melo Marques da Graça, um terreno rústico com a área de 6930m2, sito nos Retortos, freguesia de Eixo, destinado à implantação da Escola C+S de Eixo, pelo valor de dez milhões trezentos e noventa e cinco mil escudos, acrescido de quinhentos mil escudos de benfeitorias.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que o pagamento seja efectuado do seguinte modo: 50% no acto de assinatura do contrato-promessa de compra e venda e os restantes 50% na data da assinatura da escritura definitiva, a qual será outorgada no prazo máximo de 60 dias a contar da data de assinatura do respectivo contrato.

IDEM - ARRUAMENTO DESTINADO AO CENTRO SOCIAL DE AZURVA: - Foi ainda apreciada outra informação prestada pelo DPGP, a dar conhecimento que se torna necessário proceder ao alargamento do arruamento de acesso ao Centro Social de Azurva e que, contactado o proprietário do terreno em questão, Sr. Jorge Manuel Pereira Simões, o mesmo concordou em ceder para o efeito 276 m2, com a condição de esta Câmara

lhe pagar as benfeitorias existentes, no valor de quatrocentos e catorze mil escudos, o que foi aceite por todo o Executivo.

TRÂNSITO - CONSTRUÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO

SUBTERRÂNEOS: Dando continuação à deliberação tomada na reunião de 20 de Outubro, findo, o Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto informou que após contactos efectuados com Entidades diversas, obteve informações positivas relativamente à proposta então efectuada com vista à abertura de concurso público para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na modalidade proposta, ficando, contudo a adjudicação condicionada à aprovação a Assembleia Municipal. Mais referiu que ao contrário do que estava inicialmente previsto, apenas se propõe agora a construção de um Parque na Praça Marquês de Pombal, dado que se chegou à conclusão que não era vantajosa a construção de um equipamento do género junto à Universidade.

No uso da palavra, o Vereador Sr. Eduardo Feio disse entender que o desenvolvimento deste trabalho deveria ser incluído no estudo do TECNEP e apelou, uma vez mais, para que este assunto seja trazido ao conhecimento da Câmara no mais curto espaço de tempo.

Também sobre o assunto, o Vereador Sr. Dr. Nogueira de Lemos voltou a emitir a opinião de que, pelo menos como questão cautelar e para que se evitassem dispêndios inúteis deveria ser dado conhecimento prévio à Assembleia Municipal, salientando, contudo, que não se opunha ao processo tal e qual era proposto, ao que de novo com a palavra, o Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto voltou a referir que todas as Firmas com quem contactou, concordaram que o processo fosse conduzido nos termos propostos.

Assim, foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso público para a concepção, construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça Marquês de Pombal, nas condições expressas no respectivo programa de concurso e caderno de encargos juntos ao processo e que também foram aprovados, por unanimidade.

AUTOS DE RECEPÇÃO DEFINITIVA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o auto de recepção definitiva da obra "Transporte de Terras da Escola C+S de Aradas para Vazadouro", adjudicada à Firma RICAM - Construções, Lda., e autorizar a restituição dos décimos que se encontram retidos como depósitos de garantia.

701

Foi ainda deliberado, por unanimidade, e com referência à mesma obra, autorizar o cancelamento da apólice nº 40.364, emitida pela Companhia de Seguros O TRABALHO, no valor de cento e dezassete mil escudos.

GARANTIAS BANCÁRIAS - CANCELAMENTO: - Face ao pedido apresentado pela Firma BELTRÃO COELHO, LDA., e lida a informação técnica prestada sobre o assunto, foi deliberado, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária nº 85901, no valor de setenta e sete mil setecentos e cinquenta escudos, emitida pelo Banco Borges & Irmão, S.A., com referência ao fornecimento de "Três Fotocopiadores NASHUATEC".

DESAFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DA RAN: - Foi presente um requerimento apresentado por PRONTIVENDA - Construções, Lda., a solicitar a desafecção da RAN, de uma área de terreno, sita na Travessa da Rua de Santa Luzia com a Rua dos Marmotos, em Mataduchos, freguesia de Esqueira e assinalada em planta anexa ao respectivo processo. Lida a informação técnica prestada sobre o assunto pelo DPGP, em 29 do mês findo, cujo teor aqui se dá como transcrito, e segundo a qual a parcela referida, embora incluída na RAN, foi por lapso dos Serviços, considerada como não incluída aquando do inquérito público do PDM, onde se encontrava legendada como incluída em zona de construção tipo III, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea d), do artº 9º, do Decreto-Lei nº 196/89, de 14 de Junho, considerar de interesse público a área em questão, constituída por arruamento e subsequente zona de construção adjacente.

II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES CABO-VERDIANOS: - Foi presente um ofício enviado pelo Grupo Recreativo de Estudantes Cabo-Verdianos da Universidade de Aveiro, a comunicar que pretendem organizar um encontro de estudantes universitários Cabo-Verdianos, nesta cidade, concretamente nos dias 28, 29 e 30 do corrente mês, o qual tem como principal objectivo promover o intercâmbio cultural e desportivo entre os estudantes e servir como arranque para a discussão de questões pertinentes que afectam a comunidade Cabo-Verdiana.

Considerando a informação prestada pela Associação Académica da Universidade de Aveiro, segundo a qual o grupo em questão tem desenvolvido com mérito outras iniciativas

de âmbito cultural e desportivo, foi deliberado, por unanimidade, apoiar o evento, mediante a concessão de um subsídio no valor de cinquenta mil escudos.

ESCOLAS DO CONCELHO - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁCTICO: -

Por proposta da Vereadora Dr^a Maria da Luz e por unanimidade, foi deliberado autorizar a aquisição de cinco Jogos de Afectos *GOSTARzinho*, da autoria da Dr^a Graça Gonçalves e material didáctico de apoio, para serem distribuídos pelas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, estimando-se os respectivos custos na quantia total de noventa e dois mil e quinhentos escudos, acrescida de IVA.

SUBSÍDIOS: - Face aos pedidos apresentados por algumas *Escolas Primárias do Concelho*, no sentido de esta Câmara Municipal participar na realização das Festas de Natal das crianças, foi deliberado, por unanimidade, conceder para o efeito um subsídio no valor de vinte e cinco mil escudos, a cada um daqueles estabelecimentos de ensino que vier a solicitar apoio para o efeito.

- Foi também deliberado, por unanimidade, conceder um subsídio de cem mil escudos à *ANAIP*, destinado a participar nas despesas com a realização da Festa de Natal, que será partilhada com a Associação da Comunidade Africana de Aveiro.

- Por unanimidade, foi ainda deliberado, conceder um subsídio no valor de cento e vinte e sete mil trezentos e quarenta escudos, ao *Grupo Folclórico do Carregal*, para participar nas despesas com a aquisição de tecidos para a reconstrução dos trajes típicos regionais.

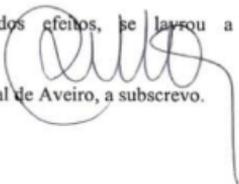
APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o nº 4, do Artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o nº 4, do Decreto-Lei nº 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 18 horas e 30 minutos .

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,
Rosa Maria de pinho Vieira Pires, Directora dos Serviços
Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, a subscrevo.



João Carlos Albuquerque Pires



João Carlos Albuquerque Pires